

JORNAL *AFINAL* E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA “LENTA, SEGURA E GRADUAL”

Arielle Rosa Rodrigues¹

Resumo: Os tempos políticos da década de 1980 foram marcados por intensos conflitos e debates acerca dos rumos que o país tomaria após o término da ditadura civil-militar instaurada em 1964. A transferência da presidência da república para o vice-presidente civil José Sarney em 21 de abril de 1985, em decorrência da morte do então candidato eleito indiretamente Tancredo Neves, encerrou o ciclo de 21 anos de generais militares ocupando o cargo máximo da Nação. No entanto, até a consolidação de tal evento, nos mais diferentes espaços de circulação de ideias, informações e acaloradas discussões foram disseminadas. Em Santa Catarina (SC), o Jornal *Afinal*, periódico alternativo que circulou em território catarinense entre 1980 e 1981, destinou, ao longo de suas edições, matérias referentes à chamada, nos termos da época, abertura política lenta, segura e gradual. Nesse sentido, o presente ensaio visa analisar, a partir da perspectiva metodológica da Análise do Conteúdo, quais foram as discussões que o jornal realizou, no período em que esteve em circulação, acerca do processo histórico em questão.

Palavras-chaves: Jornal *Afinal*. Santa Catarina. Abertura política. Ditadura civil-militar.

Em um misto de desejos, expectativas e esperança com vindouros dias democráticos, as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, foram palco de intensas manifestações políticas, sociais, culturais. Os anos que ao mesmo tempo assistiram a Seleção Brasileira de Futebol conquista Copa do Mundo², o advento da Segunda Onda do Movimento Feminista³ e festivais de música⁴ embalados ao som do rock nacional produzido por bandas como Barão Vermelho e Legião Urbana também viram torturas, mortes, repressão e censura. Décadas que foram atravessadas politicamente por um regime civil-militar que fora instaurado em 1964, após a destituição do então presidente João Goulart. A possibilidade de que o regime democrático voltasse a ser vivido em solo brasileiro esteve no horizonte de expectativas da nação pelo menos desde a segunda metade da década de 1970.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. E-mail: ariellerosarodrigues@gmail.com

² Neste espaço de tempo o Brasil conquistou a Copa do Mundo de 1970, tornando-se tricampeã mundial.

³ A Segunda Onda do Movimento Feminista está relacionada com reivindicações pelo direito ao corpo, pela liberdade sexual, direitos reprodutivos e inserção da mulher no mercado do trabalho. Ver mais em: PEDRO (2006).

⁴ Um dos festivais de música mais conhecidos dessa época foi o Rock in Rio realizado na cidade do Rio de Janeiro de 1985.



A distensão política anunciada em 1974, durante o governo do general Ernesto Geisel, é um marco fundamental na história política recente brasileira. Construída historicamente e na memória nacional como uma abertura política “lenta, segura e gradual”, esse processo histórico foi, na realidade, marcado por intensos conflitos políticos acerca dos rumos que o país tomaria após a culminação, no ano de 1985, da transferência dos cargos de poder dos militares para os cidadãos civis. A posse de José Sarney - em virtude do falecimento do presidente eleito indiretamente Tancredo Neves - no dia 21 de abril de 1985 marcou o fim de 21 anos de governos militares e o início da chamada “Nova República”. No entanto, durante os anos predecessores de 1985 acalorados debates foram realizados nos mais diversos espaços, entre eles os meios de comunicação jornalísticos. Seja na grande imprensa⁵ ou na imprensa alternativa⁶ o assunto do futuro político da nação foi inspiração de ideias, debates, expectativas e até mesmo sonhos para o Brasil.

No ínterim de pessoas e/ou organizações que almejavam o término da ditadura civil-militar e que protestavam contra a sua existência estava a imprensa alternativa. Conhecendo seu auge, segundo Alzira Alves de Abreu, na fase mais aguda da repressão, esse tipo de imprensa caracterizou-se, entre outras coisas, pelas críticas ao modelo econômico e as violações dos direitos humanos. De duração efêmera, os periódicos alternativos apresentavam tiragens irregulares e variados graus de ligação com partidos políticos e organizações, clandestinas ou não, que lutavam pelo término da ditadura civil-militar. Ainda segundo Abreu:

A imprensa alternativa, as charges, as editoriais de economia, as páginas de opinião e as telenovelas foram vetores de crítica ao regime. Esses espaços expressavam o descontentamento de uma parcela da população com as medidas de repressão e com a política então adotada. A imprensa alternativa foi um dos canais mais importantes da crítica ao modelo econômico e às violações dos direitos humanos. Essa imprensa foi também responsável pela formação de uma nova geração de profissionais que ganhou espaço e poder nas redações após a abertura política. (ABREU, 2005, p. 56).

⁵ Por grande imprensa compreendo os veículos de comunicação que estão atrelados a lógica empresarial de produção que apresentam ligações, em alguma medida, com os grupos de poder. Ver mais: Barbosa (2013).

⁶ Por imprensa alternativa entendo os meios de comunicação (revistas, jornais, panfletos, etc) que adotaram o discurso de oposição e contestação ao regime civil-militar brasileiro (1964-1985), que não estavam atreladas as formas de discursos e produção jornalística veiculadas à grande imprensa e possuíam como uma de suas características principais a denúncia de arbitrariedades cometidas pelo regime civil-militar. Ver mais Kucinski (1991).

Nesse sentido, sobre o papel da imprensa alternativa na ditadura civil-militar brasileira, Bernardo Kucinski apontou que existem 4 significados:

O de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUSCINKI, 2003, P.13).

E continuou sua constatação acerca da imprensa alternativa discorrendo que:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUSCINKI, 2003, p. 13/14).

Seus polos de maior circulação foram as cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Jornais como *Pasquim*⁷, *Movimento*⁸ e *Opinião*⁹ ganharam destaque no cenário nacional além de aglutinarem em torno de seus projetos editoriais os mais variados setores da esquerda¹⁰. No estado de Santa Catarina (SC) o jornal que alcançou maior visibilidade no rol das produções alternativas foi o *Jornal Afinal*.

Fundado na cidade de Florianópolis, capital do estado de SC, o jornal foi e fundado e produzido por Sérgio Rubim, Jurandir Pires de Camargo, Nelson Rolim de Moura, Eloy Peixoto Galotti e Ney Vidal, um grupo de jornalistas que haviam sido demitidos do jornal *O Estado* - o mais importante jornal da grande imprensa catarinense - em virtude de cobertura jornalística que havia sido elaborada em decorrência da Novembrada¹¹. Com o objetivo de denunciar, durante a sua existência de pouco mais de um

⁷ Periódico alternativo da cidade do Rio de Janeiro. Circulou entre 1969 e 1991. É considerado o maior jornal alternativo do período civil-militar.

⁸ Periódico alternativo da cidade de São Paulo que surgiu de uma dissidência do *Jornal Opinião*. Circulou entre 1975 e 1981.

⁹ Periódico alternativo da cidade do Rio de Janeiro. Circulou entre 1972 e 1977. Junto com o *Pasquim* e *Movimento* foi um dos maiores periódicos alternativos do regime civil-militar.

¹⁰ Segundo Marcelo Ridenti, existiram vários segmentos dentro da esquerda brasileira no período. Suas diferenças estavam poderiam estar, por exemplo, na concepção ideológica, nas formas de combate a ditadura civil-militar ou na maneira de organizar a Revolução. Ver mais em: RIDENTI (2010).

¹¹ Novembrada foi o movimento de protesto que ocorreu na cidade de Florianópolis (SC) em 1979 durante a visita do então general – presidente João Batista Figueiredo. 7 estudantes foram presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional em virtude da manifestação que almejava o fim da ditadura e condições dignas de vida para a população brasileira.



ano (o jornal encerra suas atividades em julho de 1981), as arbitrariedades políticas e os desmandos que ocorriam no estado e que não eram divulgadas pela grande mídia, o jornal procurou-se, de acordo com o editorial de sua primeira edição (Maio de 1980), constituir-se numa alternativa de informação para o povo catarinense. Nas palavras publicadas pelo jornal:

Afinal surge como alternativa de se furar esse bloqueio. Nosso compromisso é com o leitor, somente com ele. Por isso, a partir de agora, os desmandos, a corrupção, as arbitrariedades, o sofrimento do povo voltam a ser denunciadas em páginas de jornal. Nestas páginas (AFINAL, maio de 1980).

Na busca por denunciar e trazer ao seu público-leitor os males que afligiam a população catarinense e brasileira o jornal também dedicou espaço em suas páginas para a reflexão acerca do futuro político do país. A abertura política já havia sido declarada conforme o acima pontuado, mas sua concretização ainda não havia acontecido. Tempos incertos para aqueles que desejavam a volta da democracia como regime. A partir da perspectiva metodológica da Análise do Conteúdo¹², este ensaio pretende analisar como o Jornal *Afinal* abordou os debates que estavam se desenrolando sobre a temática da abertura política.

“Aviso aos corvos: chega de falar em retrocesso”. Com esse título, o jornalista-colaborador Orlando Tambosi, que na época residia em São Paulo, publicou na 2ª edição do Jornal *Afinal* (Maio de 1980) uma reportagem na qual rebate argumentos que, segundo ele, eram veiculados na grande imprensa acerca de um possível novo recrudescimento do regime civil-militar em virtude de mobilizações populares como as greves do ABC paulista deflagrada naquele mesmo ano de 1980. Sua matéria iniciou da seguinte maneira:

Na “grande imprensa” conservadora, são diárias as advertências – por parte dos poderosos industriais e gerais – sobre um possível “fechamento”. Em outras palavras, isto quer dizer: comporte-se, povão. Sobre tais atitudes, debruçam-se editorialistas, articulistas e deputados pedessistas em geral, delas extraindo discursos recheados de premonições apocalípticas. Até aí

¹² Segundo Laurence Bardin, a Análise do Conteúdo é inicialmente “um conjunto de técnica de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 38).



em Florianópolis há um desses “corvos”: um certo senhor Gouvea da Costa, em um artigo num diário local, chegou a crocitar a obscura conclusão de que “a abertura ameaça a abertura”. (*AFINAL*, Maio de 1980, p. 19).

Deste trecho inicial da reportagem já advém questões importantes para a problematização de como o jornal tratou essa questão. Ao pontuar na primeira frase que na grande imprensa se veiculava um determinado tipo de informação acerca da abertura, a matéria já evidenciava que existia um conflito de ideias e posicionamentos sobre os rumos que o país deveria seguir. O desejo das grandes elites políticas e econômicas do país era que a transição política da ditadura para a democracia fosse feita de maneira pacífica e sem grandes transformações nas estruturas de poder e de privilégios do país. A difusão de manifestações populares responsáveis pela agitação dos movimentos sociais e pelas pessoas de esquerda capazes de colocar em cheque tudo que vinha sido construído até aquele momento era, possivelmente, um mecanismo de controle e coerção da população para que tais planos não fossem atrapalhados.

Na sequência da reportagem, Tambosi expôs que tais argumentados usados pela grande imprensa eram:

Essa ladainha [que] aumentou com a greve no ABC paulista, que originou inclusive uma confrontação entre o regime militar e a Igreja Católica. Esquecem-se os propagadores do retrocesso (saudade: são os únicos que teriam a ganhar com isso) que aquilo que se convencionou a chamar de abertura não é uma colher de chá do governo, mas imposição da sociedade civil. E que para retornar aos “status quo ante”, não basta um simples decreto. A organização e a consciência do movimento dos metalúrgicos paulistas (que se formou apesar da repressão, e à margem do peleguismo oficial e do Partido Comunista, que se auto-proclama a vanguarda das massas trabalhadoras) é a prova disso. Assim como a passeata dos 100, a 1ª de maio.

Decididamente, não há condições para uma espécie de “pinochetazo”. Não que falem candidatos e bases de apoio para uma escalada ultra-direitista: o pau que comeu solto sobre os metalúrgicos - e que ninguém do regime assumiu - não deixa dúvidas. A verdade é que as circunstâncias, neste agitado 1980, em nada se assemelham às de 64 e mesmo às de 68. Simplificando: em 64 golpe maior sofreram os políticos; em 68 foi a vez dos intelectuais e da classe média; em 80, os trabalhadores é que seriam crucificados, e com eles os setores progressistas da Igreja Católica. (*AFINAL*, Maio de 1980, p. 19).

Ao apontar que a demanda pela volta do regime democrático foi obtida através de imposições e lutas da sociedade civil o autor demonstrou, em sua reportagem, que havia



interesses político e de poder em jogo. Não tratando o processo histórico em questão como algo pacífico, o autor da matéria, ao historicizar brevemente sobre quais foram os setores mais afetados ao longo golpe civil-militar, compreendeu os anos de governo militar a partir da perspectiva do confronto de posições e anseios, que naquele momento encontravam-se exacerbados diante das pressões advindas de movimentos da sociedade civil e da tentativa das altas esferas de poder em manter seus privilégios e mecanismos de controle autoritários. A perspectiva adotada na reportagem questionou a concepção de uma transição que fora concedida pela cúpula militar a partir de sua suposta benevolência para com o povo brasileiro.

Contra argumentando com a grande imprensa, Tambosi defendia a volta da democracia e terminou sua matéria ponderando que:

Quanto aos corvos de mau agouro que infestam a “grande imprensa”, que parem de escrever tanta bobagem. Já era tempo de terem aprendido que a história não se passa apenas nos bastidores do Palácio do Planalto ou das assembleias de pedessistas. (*AFINAL*, Maio de 1980, p. 19).

A veiculação dessa reportagem num jornal da imprensa alternativa nos permite problematizar como críticas e dissonâncias a maneira como o estado brasileiro conduzia o processo de democratização eram presentes e contundentes. Ao apresentar as disputas entre diferentes concepções de sociedade que estavam em pauta naquele momento, o jornal refletiu sobre a existência de culturas políticas¹³ distintas em que a própria maneira de conceber o desenrolar do processo em questão oferece indicativos para a reflexão. Nesse sentido, Leonardo Avritzer pontua que:

A democratização, no caso brasileiro, significou o surgimento de duas culturas políticas: uma, democrática e vinculada aos movimentos sociais e civis democratizadores; e uma outra, a predominante no nosso processo de modernização, que persiste com as suas práticas tradicionais (AVRITZER, 1995, p. 13)

Na disputa entre as duas principais culturas políticas que protagonizaram o processo

¹³ Segundo Serge Bernstein, para os historiadores, cultura política tem uma acepção bem diversa. De modo geral, cultura política está relacionada com sistema de representação coerente que os sujeitos possuem e que motivam e explicam seus comportamentos políticos. Além disso, a cultura política engloba visão de mundo, organização da sociedade entre outros componentes. Cabe ressaltar que a cultura política é construída em um determinado tempo e espaço e que ela está sempre em conflito com outras culturas políticas existentes no período estudado em questão. Ver mais em: BERNSTEIN (2009).



de democratização do Brasil, a mídia impressa foi um agente histórico relevante e uma esfera de representação política. Como afirma Luis Felipe Miguel, nas sociedades contemporâneas a mídia é o principal instrumento de divulgação e difusão de projetos políticos e visões de mundo, contudo, ela não esgota a pluralidade de perspectivas e interesses da sociedade. Além disso, Miguel discorre sobre o papel sensível da mídia na elaboração da agenda dentro do jogo político dada a sua capacidade de formular preocupações públicas e de estar em contato com o campo político e da formação simbólica do capital político (MIGUEL, 2002, p 170-171). E naqueles anos de 1980, uma parte importante da agenda foi a discussão acerca de quais rumos políticos o país seguiria uma vez que a possibilidade de um novo recrudescimento do regime não era descartada como afirmaram as notas publicadas na seção Feira Livre na 5ª edição (Setembro de 1980) do *Jornal Afinal*.

A primeira cujo título é “Prende e arrebenta? Nós duvidamos.” é de autoria de OT. Na nota ele afirmou que:

O general Figueiredo afirmou que “a sociedade brasileira está naturalmente destinada a viver dentro de parâmetros democráticos”. Até aí, tudo bem, Mas parece que ele não está disposto a punir esse pessoal que é contra a natureza. (*AFINAL*, Setembro de 1980, p.3).

A segunda nota intitulada de “Linhares vê golpe de estado” foi assinada por S.R e relatou o seguinte caso:

A opinião dos políticos da oposição sobre o projeto de abertura política do governo está cada dia mais divergente. Diariamente os jornais mostram entrevistas em que parlamentares da oposição demonstram seu pessimismo ou otimismo sobre o futuro da “Abertura” do general Figueiredo.

Durante um jantar, realizado na Lagoa da Conceição, onde os membros do Partido Popular comemoravam o encontro estadual do partido, 17 de agosto último, o deputado João Linhares, em conversa reservada, se mostrava bastante cético em relação à “abertura”. Para João Linhares, líder do PP, o governo não conseguirá maioria para aprovar a emenda Anízio de Souza que prorroga os mandatos dos prefeitos, adiando as eleições municipais. Com isso, se criará um impasse que, segundo o deputado, será resolvido da seguinte forma: “o governo vai fechar o congresso”.

- “UM GOLPE DE ESTADO?” - perguntei espantado.

- “Um golpe de estado”, respondeu tranquilamente o deputado. (*AFINAL*, Setembro de 1980, p. 5).

Em ambas as notas publicadas pelo jornal foram possíveis perceber a tensão e o



conflito que tomava conta diante das incertezas daqueles tempos. A democracia enquanto regime era uma possibilidade, porém não a única. As diferentes visões de mundo em jogo naquele período estavam, entre outras coisas, relacionadas com a memória que se construiria no futuro sobre tal contexto. Como elucida Marialva Barbosa, os jornais poderiam se transformar em “senhores da memória” partindo de um trabalho dialético entre lembrança e esquecimento. Nesse sentido, podem ser vistos numa dupla perspectiva, pois ao mesmo os jornais em que são suportes de uma memória daquele presente, podem ser utilizados como construtores de uma memória futura. (BARBOSA, 1995, p. 84-86)

Nesse jogo que mescla lembrança e esquecimento, o Jornal *Afinal* procurou lembrar que lutas eram necessárias para que a democracia fosse consolidada, fato que ocorreria cinco anos depois. Ao publicar as tensões existentes nos anos de 1980 por conta dos rumos políticos indefinidos do país, o jornal contrapôs-se a suposta imparcialidade da grande imprensa bem como questionou a tese de que esse processo político era caracterizado por pacificidade e concordância da sociedade civil. Crítico ao processo de abertura política como ela vinha sendo gestada pelo governo, o jornal desejava que o término da ditadura civil-militar acontecesse e que as liberdades democráticas pudessem ser vivenciadas pela população brasileira.

Na sua última edição, a 13ª (Julho de 1981), o tema voltou a ser alvo de uma nota na seção Feira Livre. Sob o título de “Recado de Brasília”, Emanuel de Medeiros narrou ao jornal que:

Tem gente que diz aqui – nesta cidade onde a tensão escorre de todos os lados, estuário de muitos boatos e, afinal, “capital do regime” – que a “abertura” acabou dia 30 de abril, com as bombas no Riocentro.

Aquela história: a impunidade alimenta outros atos selvagens. Apreensão de jornais, incêndio de bancas (incendiaram outra aqui, recentemente), atentado contra jornal, como no Espírito Santo, ameaça de bomba no Senado (de plástico ou não, eles querem dizer “botamos bomba onde quisermos...”), a promessa de uma maquiavélica, cínica e anti-ética reforma eleitoral, tudo isso está realimentando o universo do medo, e as forças populares devem estar a postos, lutando para que conquistas duramente colhidas não sejam perdidas. E continuar a luta. Pois se sair a reforma como andam falando, proibição de coligações, voto vinculado, voto facultativo, impedimento de que ex-cassados, anistiados (como Arraes, Brizola, etc.) sejam candidatos, e a condenação de Lula (não pega cadeia, pega “sursis” mas fica impedido de se candidatar inelegível), acredito que, na prática, isso significará a revogação da anistia. (AFINAL, Julho de 1981, p. 3)

Do escrito de Medeiros acerca da situação de Brasília podemos apreender a tensão e os projetos que estavam em jogo na época. A censura e a repressão arrefeciam, mas ainda não estavam extintas. Atentados contra jornais, bombas, possibilidades de impossibilitar candidaturas que ameaçassem as regras do jogo eram objetivos para aqueles que pretendiam que a transição fosse feita sem grandes rupturas com a ordem vigente de então. Entretanto, suas ações encontrariam resistências e protestos por parte daqueles que acreditam na democracia enquanto forma de regime político e lutavam para que após quase duas décadas de regime civil-militar isso fosse possível de ser vivido.

Ao dedicar páginas de suas edições para debates que estavam acontecendo no calor da publicação de seus números, o *Jornal Afinal* propunha que essa temática da abertura política fosse pensada a partir da perspectiva do conflito e das lutas que o povo teria que empreender para lograr a conquista da democracia. O jornal terminara antes da efetivação de tal processo histórico, porém, ao publicarem sobre tal assunto o jornal constitui-se enquanto uma interessante fonte histórica para que os seus meandros sejam problematizados e que novas interpretações sejam possíveis.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 48, 2005, pp. 53-65.

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica das Teorias da Transição para a Democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, MG, v. 10, n.28, 1995.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História da comunicação no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1. 392 p.

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 18, n. 2 (1995).

BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2011.

BERNSTEIN. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, v.6, n.55, p. 155-184, 2002.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 249, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Obscuros heróis, sem e sem voz: a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade. In: **O fantasma da revolução brasileira**. SP: UNESP, 2010.